



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Quinta-feira, 10 de março de 2016

Número 49

ÍNDICE

PARTE C

SUPLEMENTO

Presidência do Conselho de Ministros

Conselho de Ministros:

Resolução n.º 6-A/2016:

Nomeia os membros do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E. 8660-(2)

Resolução n.º 6-B/2016:

Nomeia os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E. 8660-(3)

Saúde

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde:

Despacho n.º 3618-A/2016:

Determina a criação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados 8660-(5)



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 6-A/2016

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, que criou o Hospital Garcia de Orta, E. P. E., conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que os atuais membros do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., cessaram os respetivos mandatos a 31 de dezembro de 2015, torna-se necessário proceder à nomeação de um novo conselho de administração, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas, assegurando-se a continuidade de funções de quatro dos cinco membros.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 a 4 e 6 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde, Joaquim Daniel Lopes Ferro, Maria de Lourdes Caixaria Bastos, Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis, Ana Paula Breia dos Santos Neves (diretora clínica) e Odília Maria Taleigo Neves (enfermeira diretora), respetivamente, para os cargos de presidente e vogais executivos do conselho de administração do Hospital Garcia de Orta, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciados nas respetivas notas curriculares, que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar a nomeada Ana Paula Breia dos Santos Neves a optar pelo vencimento do lugar de origem.

3 — Autorizar os nomeados Joaquim Daniel Lopes Ferro, Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis e Ana Paula Breia dos Santos Neves a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

Notas curriculares

Joaquim Daniel Lopes Ferro.

Mestrando em Políticas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, ISCTE, 2004. Curso Pós-Graduação em Estudos Europeus, FDL, 1988.

Curso Pós-Graduação em Administração Hospitalar, ENSP, 1986. Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1984.

Experiência Profissional

Presidente do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, EPE, desde junho de 2010. Vogal Executivo de vários Conselhos de Administração: Centro Hospitalar Lisboa Central, EPE, de março de 2007 a maio de 2010. Membro do Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central, de janeiro de 2006 a fevereiro de 2007. Membro do Hospital Santa Marta, EPE, de janeiro de 2006 a fevereiro de 2007. Membro do Hospital D. Estefânia, de janeiro de 2006 a fevereiro de 2007. Diretor-Geral do Hospital de St. Louis e Assessor do Grupo Português de Saúde, de novembro de 2004 a dezembro de 2005. Administrador Delegado do Hospital Nossa Senhora do Rosário — Barreiro, de outubro de 1997 a dezembro de 2002. Membro do Hospital Distrital do Barreiro, de outubro de 1990 a julho de 1991. Administrador Hospitalar: Área de Gestão de Materiais do Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central, de fevereiro de 2004 a outubro de 2004. Assessor do Conselho de Administração do Hospital de S. José, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2004. Membro da Área de Recursos Humanos do Hospital de Santa Maria, de janeiro de 1994 a setembro de 1997. Membro do Departamento da Dor e da Emergência do Hospital Garcia de Orta, de agosto de 1991 a dezembro de 1993. Membro da Área de Recursos Humanos e Área de Gestão de Doentes do Hospital Pulido Valente, de agosto de 1986 a setembro de 1990.

Outras atividades

Assegurou funções docentes em 12 cursos de Mestrado e Pós Graduação, nas disciplinas de Planeamento e Controlo de Gestão, Estratégia Empresarial e Gestão de Recursos Humanos, no ISCTE/INDEG, na Universidade Lusófona e na Escola Nacional de Saúde Pública, entre 1999 e 2015.

Apresentou em seminários, jornadas, *Workshop's*, congressos realizados no país e no estrangeiro 25 comunicações sobre diversos temas, designadamente, Gestão de Recursos Humanos, Gestão da Qualidade, Planeamento e Controlo de Gestão, entre 1986 e 2015. Publicou 7 trabalhos/artigos em livros e revistas da especialidade sobre diversos temas de Gestão Hospitalar, Gestão de Recursos Humanos e Gestão da Qualidade, bem como, 1 Livro sobre Organização e Gestão de Arquivos Clínicos, editado pelo Ministério da Saúde.

Maria de Lourdes Caixaria Bastos.

Data de nascimento: 29 de julho de 1957, em Angola.

Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, AESE — Escola de Direção e Negócios, em 2006. CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública, INA, em 2006. Pós-graduada em Administração Hospitalar, pela Escola Nacional de Saúde Pública, em 1994. Licenciada em Economia, pela Faculdade de Economia do Porto, Universidade do Porto, em 1987. Licenciada em Relações Económicas Internacionais, pelo Instituto Superior de Economia de Sófia, em 1982.

Experiência Profissional

Vogal do Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, EPE, de junho de 2010 a fevereiro de 2016. Vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E. P. E., de fevereiro de 2009 a maio de 2010. Administradora responsável pelo Serviço de Gestão da Qualidade dos Hospitais Nossa Senhora do Rosário, E. P. E. e Distrital do Montijo, de setembro de 2008 a janeiro de 2009. Vogal do CA da ARSLVT, IP, de maio de 2005 a agosto de 2008. Vice-presidente do CA da ARSLVT, IP, em fevereiro de 2007. Adjunta do Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, de abril de 2005 a maio de 2005. Direção do Serviço de Aprovisionamento do Centro Hospitalar de Lisboa Central, de novembro de 2002 a abril de 2005. Administradora responsável pelas áreas de MCDT, do Hospital de S. José e, posteriormente, do Centro Hospitalar S. José/Capuchos. Administradora-Delegada do Hospital Rainha Santa Isabel — Torres Novas, de novembro de 2000 a outubro de 2002. Administradora Hospitalar no Hospital José Joaquim Fernandes — Beja, responsável pelos Sistemas de Informação para a Gestão; Gestão de Doentes, de outubro de 1998 a outubro de 2000. Membro Comissão de Controlo de Infeção. Colaboradora e Coordenadora da Agência de Contratualização dos Serviços de Saúde, na ARSLVT, outubro de 1996 a maio de 1998. Adjunta do Conselho de Administração do Hospital de São José, de maio de 1994 a dezembro de 1996. Diretora dos Serviços Financeiros do Hospital de São José, a

partir de abril de 1995. Economista numa sociedade de consultadoria em Comércio Internacional, de outubro de 1982 a outubro de 1992. Formadora em vários cursos de formação nas áreas de gestão estratégica e financeira, gestão de serviços hospitalares, controle de gestão e contabilidade analítica.

Pedro de Andrade Pais Pinto dos Reis.

Data de nascimento: 20 de junho de 1971, em Lisboa.

Licenciatura em Economia, pela Universidade Lusíada de Lisboa, em 1998. XXIX Curso Administração Hospitalar da Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa), em 2001. Mestrado em Gestão da Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública (Universidade Nova de Lisboa), em 2014.

Experiência Profissional

Hospital de Santa Maria

Técnico Superior — Serviços Financeiros e Estatística, de janeiro a maio de 2000. Administrador Hospitalar — Departamento. MCDT e Serviços Farmacêuticos, de 2001 a 2002. Membro grupo de trabalho para elaboração Plano Estratégico Modernização, de 2004 a 2006 Administrador Hospitalar — Departamento Neurociências e Saúde Mental, de 2005 a 2006.

Administrador Delegado — Centro Medicina Reabilitação Alcoitão, de 2006 a 2011. Administrador Hospitalar, Anestesiologia, Cirurgia I, Transplantação e BO (Centro Hospitalar Lisboa Norte. Vogal Executivo do Conselho de Administração do CHO, com pelouros: Instalações e Equipamentos, Aprovisionamento, Hoteleiros, Gestão Doentes, Farmacêuticos, Planeamento de Informação Gestão., de 2015 a 2016.

Outras atividades

Consultor de projetos e estudos em Saúde, Núcleo Projetos SAU-DEC/SUCH, DGS, de 2001 a 2003. Consultor do Gabinete de Informação e Controlo Gestão, Hospital Júlio Matos, em 2003. Membro de missão trabalho multidisciplinar e pluri-institucional na Guiné-Bissau, em 2009. Formador, Curso Gestão Hospitalar — Diretores e Diretores Clínicos na Guiné-Bissau, em 2011. Membro do Conselho Editorial da Revista Cidade Solidária (SCML), de 2009 a 2011. Prémio APAH/Novartis — Prof. Augusto Mantas (melhor dissertação CEAH/ENSP), em 2001.

Ana Paula Breia dos Santos Neves.

23.º PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde AESE Business School, de abril a junho de 2015. Curso de Auditor Coordenador INA, de maio a junho de 2014. 2nd. *National Meeting of the Hope Exchange Programme*, maio 2014. Curso de Gestão para Executivos: Desenvolvimento em Gestão e Liderança UCP, de 2011 a 2012. Curso de Auditoria Clínica com *Coaching*, INA, novembro de 2011 a março de 2012. Mestre em Fisiologia — Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, em abril de 2001. Especialista em Neurologia pela Ordem dos Médicos (OM), em janeiro de 1993. Licenciatura em Medicina em 1985 pela Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

Experiência Profissional

Diretora Clínica do Hospital Garcia de Orta, EPE (HGO), de janeiro de 2013 a dezembro de 2015. Diretora do Serviço de Neurologia do Hospital Garcia de Orta (HGO), E. P. E., de abril de 2010 a janeiro 2013. Assistente Hospitalar Graduada Sênior de Neurologia do HGO desde 26 de janeiro de 2016. Assistente Hospitalar Graduada de Neurologia do HGO, EPE, de janeiro de 1999 a janeiro de 2016. Coordenadora da Comissão da Qualidade e Segurança do Doente, de junho de 2010 a dezembro de 2012. Responsável pela Consulta de Epilepsia do HGO desde janeiro de 2006. Responsável pelo Laboratório de Eletroencefalografia do HGO, de agosto de 1995 a abril de 2013. Assistente Hospitalar do Serviço de Neurologia do HGO, EPE, de janeiro de 1994 a dezembro de 1998. Assistente Eventual de Neurologia no Hospital de Egas Moniz, de janeiro de 1993 a dezembro de 1993.

Educação e Formação/Outras Competências profissionais

Outras atividades

Ciclo de Conferências *FCGulbenkian “Health Care Quality”*, março de 2011;

Health Care Quality Conferences “Patient Safety: Sign of the Times Workshop, de janeiro a abril de 2011.

Governação Clínica: Workshop Que novos desafios e necessidades de formação?, em março de 2011.

Quaser — Quality and Safety in Europe Hospitals — A experiência do HGO, EPE, de 2010 a 2013.

Gabinete Hope Portugal — European Hospital and Health Care Federation, em junho 2010.

DuQUE — Identificação de Determinantes de Qualidade Hospitalar, em novembro de 2009. Formadora na área clínica pré e pós-graduada — âmbito universitário, CSP e Hospitalar. Investigadora Principal/Coinvestigadora em projetos financiados pela FCT, de 2008 a 2012. Várias publicações em revistas clínicas nacionais e internacionais Capítulos de 2 livros (ed. Portuguesa).

Odília Maria Taleigo Neves.

Data de nascimento: 17 de abril de 1960, em Caparica.

Licenciatura em Enfermagem, pela ESEAR, em 1981.

Curso de Especialização em enfermagem Médico-cirúrgica, pelo ESEMFR, em 1992. Curso Internacional de Coordenação Colheita e Transplante de Órgãos — TPM, em 1994 Mestrado em Comportamento Organizacional, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em 1997. IV Curso PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições, em 2006. Curso de Auditoria — Metodologias de aplicação, pelo Instituto Nacional de Administração, em 2012.

Experiência Profissional

Enfermeira na Unidade de Urgência Médica, no Hospital S. José de 1981 a 1990.

Coordenadora da Sala de Emergência «Trauma Room», do Hospital S. José, de 1992 a 1997. Coordenadora do Gabinete de Colheita e Transplante de Órgãos, do Hospital José de 1992 a 2000. Enfermeira Chefe do Serviço de Urgência do Hospital S. José, de 1993 a 1997. Membro Grupo Coordenador da Assistência Médica da Expo 98, de 1997 a 1998. Adjunta da Enfermeira Diretora do Hospital de São José, de 1999 a 2000. Coordenadora do Observatório Regional de Lisboa, na ARSLVT, de 2001 a 2002. Supervisão dos Serviços de Enfermagem, do Hospital S. José, em 2002. Enfermeira Diretora do Hospital Garcia de Orta, de 2003 a 2008. Comissão Qualidade e Segurança do Doente — adjunta do Coordenador. Enfermeira Diretora do Hospital Garcia de Orta, EPE, de 2010/2012. Enfermeira Diretora do Hospital Garcia de Orta, EPE, de 2013 a 2015.

Outras atividades

Membro de vários júris de concursos de pessoal; Membro de várias comissões técnicas e grupos de trabalho no Hospital S. José e noutras Instituições. Formadora em vários cursos de formação profissional, promovidos por Hospitais, CS e ESE (nas áreas de: Qualidade dos Cuidados, Sistemas de Informação em Enfermagem, Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem, Gestão de Serviços). Presidente da Comissão de Especialidade em Enfermagem Médico-Cirúrgica e Membro do Conselho de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros, de 1999 a 2004.

209424418

Resolução n.º 6-B/2016

Nos termos do disposto nos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 69/2013, de 17 de maio, que criou o Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E. P. E., e do Hospital de Faro, E. P. E., conjugados com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., são nomeados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que os atuais membros do conselho de administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., cessaram os respetivos mandatos a 31 de dezembro de 2015, torna-se necessário proceder à nomeação de um novo conselho de administração, para um mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

A remuneração dos membros do conselho de administração desta entidade pública empresarial obedece ao disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012, de 21 de fevereiro, e à classificação atribuída pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.º 97/2012, de 21 de novembro, 45/2013, de 19 de julho, e 48/2013, de 29 de julho.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre a nomeação constante da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 6.º e 13.º dos Estatutos constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 12/2015, de 26 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 183/2015, de 31 de agosto, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea c) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea d) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta dos Ministros das Finanças e da Saúde, Joaquim Grave Ramalho, Helena Cristina Gil Cardeira dos Santos Leitão, Maria Teresa da Silveira Bretão Machado Luciano, Carlos Alberto Rosário dos Santos (diretor clínico) e Nuno Álvaro Caneca Murcho (enfermeiro diretor), respetivamente, para os cargos de presidente e vogais executivos do conselho de administração do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., cuja idoneidade, experiência e competências profissionais para o desempenho dos cargos são evidenciados nas respetivas notas curriculares, que constam dos anexos à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2 — Autorizar o nomeado Carlos Alberto Rosário dos Santos a optar pelo vencimento do lugar de origem.

3 — Autorizar os nomeados Maria Teresa da Silveira Bretão Machado Luciano e Nuno Álvaro Caneca Murcho a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua publicação.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

Notas curriculares

Joaquim Grave Ramalho

Data de nascimento: 29 de abril de 1952

Naturalidade: Santiago Maior, Alandroal, Évora.

Licenciado em Gestão e Organização de Empresas pela Escola Superior de Estudos Sociais e Económicos — Bento de Jesus, em Évora.

Experiência Profissional:

Diretor do Departamento de Contratualização da ARS Algarve, I. P., desde janeiro de 2012.

Assessor do Conselho Diretivo da ARS Algarve, I. P., de outubro de 2011 a janeiro 2012.

Vogal do Conselho Diretivo da ARS Algarve, I. P., de maio de 2005 a outubro de 2011.

Chefe de Projeto Estrutura de Apoio Técnico para a gestão do Fundo Social Europeu do PROALGARVE — Programa Operacional da Região do Algarve, de fevereiro de 2003 a maio de 2005.

Chefe de Projeto da Estrutura de Apoio Técnico de Controlo de 1.º nível do PROALGARVE — Programa Operacional da Região do Algarve, de maio de 2002 a fevereiro de 2003.

Vogal do Conselho de Administração da Sociedade de Conceção, Execução e Gestão do Parque das Cidades Loulé/Faro — Empresa Intermunicipal, EIM — para desenvolvimento do projeto de construção do Parque das Cidades Loulé/Faro, de junho de 2000 a abril de 2002.

Administrador da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), de maio de 1996 a maio de 2000.

Técnico Superior da Direção Regional de Agricultura do Algarve e Chefe de Divisão de Programação e Gestão Financeira, entre 1993 e 1996.

Coordenador da UNICAMA — União das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo do Algarve (Faro), em regime de destacamento, de junho de 1988 a junho de 1991.

Técnico Superior da Direção-Geral de Planeamento e Agricultura (ex- DGA) — Divisão de Apoio à Gestão da Empresa Agrícola, Lisboa, de outubro de 1982 a junho de 1988.

Assessor do Gabinete do Secretário de Estado para o Algodão, República Popular de Moçambique, ao abrigo de um programa de Cooperação com Portugal, de outubro de 1980 a outubro de 1982.

Técnico Superior Instituto de Reorganização Agrária (IRA) e IGEF (Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária) -Ministério da Agricultura, Lisboa, de dezembro de 1976 a outubro de 1980.

Início de carreira como Técnico Superior 3.ª classe do Centro Regional de Reforma Agrária de Évora, em agosto de 1975.

Outras atividades relevantes

Participação em grupos de trabalho, enquanto diretor do departamento de contratualização: Equipa de projeto para o estudo e lançamento de uma nova parceria para a gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul (Despacho n.º 9794/2013, do Coordenador da UTAP); Grupo Técnico para a compatibilização dos planos estratégicos dos hospitais com os planos de reorganização da Rede Hospitalar, apresentados pelas ARS (Despacho n.º 9495/2013, de 19 de julho, do SES); Grupo de trabalho para o desenvolvimento da contratualização no âmbito dos cuidados continuados integrados (Despacho n.º 1981/2014, de 7 de fevereiro, do SEAMS).

Enquanto Vogal do Conselho Diretivo da ARS Algarve, I. P. — Gestor do Contrato de Gestão do Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, em regime de PPP.

Membro da Comissão de Avaliação de Propostas do concurso para a contratação da Parceria Público-Privada para a construção e operação do Edifício do Hospital Central do Algarve, e coordenador da mesma a partir de abril de 2009 (Despacho n.º 9621/2009, do Ministro de Estado e das Finanças e Ministra da Saúde).

Helena Cristina Gil Cardeira dos Santos Leitão

Data de nascimento: 26 de novembro de 1974.

Doutorada em 2013 em Biociências, especialização em Biotecnologia, pela Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra. Tese: *Novel Noninvasive Imaging Biomarkers for Liver Steatosis, Inflammation and Fibrosis*. Grau de Especialista e Assistente em Radiologia em 2009.

Em 2008, subespecialização em radiologia da cabeça e pescoço no Instituto Português de Oncologia de Lisboa e, em 2006, em Radiologia Pulmonar no Hospital Pneumológico Albert Calmette, Centro Hospitalar Universitário de Lille.

Certificação de Investigador em 2006. Licenciada em Medicina em 1998, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Experiência Profissional

Investigadora Convidada no Laboratório de Biomarcadores em Imagem, Centro de Investigação em Inflamação, UMR 1149, Escola Doutoral MTCT, Universidade *Sorbonne Paris Cité* e Departamento de Radiologia, Hospital Universitário *Beaujon Paris Nord*, desde 2015.

Professora Auxiliar, Membro do Núcleo Coordenador e da Comissão de Curso do Mestrado Integrado em Medicina e Membro do Conselho Científico do Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina, Universidade do Algarve, desde 2014.

Radiologista Clínica em Grupos de Saúde privados, de 2013 a 2015.

Bolseira e Investigadora Convidada no *Athinoula A. Martinos Center, Massachusetts General Hospital e Harvard Medical School, Boston*, em 2011. Bolseira, Radiologista/Investigadora Convidada no Serviço de Radiologia do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e no Centro de Neurociências e Biologia, de 2009 a 2013.

Celular de Coimbra, no âmbito do Programa Doutoral em Biologia Experimental e Biomedicina. Durante este período foi Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Professora Adjunta Convidada na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa e Membro do Conselho Pedagógico (este último de 2009 a 2011), desde 2009.

Interna do Internato Complementar de Radiologia no Hospital Garcia de Orta, Almada, de 2002 a 2009.

Assistente Convidada na Escola Superior de Saúde Egas Moniz, Monte de Caparica, de 2007 a 2009.

Medical *Advisor* para a área de anti-infecciosos e VIH da Pfizer-Portugal, de 2006 a 2008.

Maria Teresa da Silveira Bretão Machado Luciano

Data de nascimento: 10 de outubro de 1966, em Lisboa.

Licenciada em Ciências Farmacéuticas pela Universidade de Coimbra. Pós-Graduada em Marketing e Negócios Internacionais pelo INDEG/ISCTE.

Pós-Graduada em Saúde e Desenvolvimento pelo IHMT da UNL. Doutoranda em Saúde Internacional no IHMT da UNL.

Experiência Profissional

Membro do Departamento Internacional — Grupo Tecnimede, de setembro de 2014 a fevereiro de 2015. Membro da administração da Altadis Colombia (*joint-venture*: 50 % Portuguesa/50 % Colombiana). Diretora executiva do ACES da Amadora, de dezembro de 2012 a agosto de 2014.

Diretora executiva do ACES Oeste Norte, de janeiro de 2009 a dezembro de 2012.

Presidente do conselho de administração da Saudaçor S. A. — Governo Regional dos Açores, de outubro de 2006 a dezembro de 2008.

Advisor do Diretor-Geral do SAMES em Dili, Timor-Leste (Serviço Autónomo dos Medicamentos e Equipamentos da Saúde), que depende diretamente do Ministério da Saúde de Timor-Leste — Projeto do *World Bank* no âmbito do *Second Health Setor Rehabilitation and Development Project*, de setembro de 2005 a setembro de 2006.

Professora convidada de Farmacologia ESS, Setúbal, de setembro de 2003 a setembro de 2005.

Organon Portuguesa, de abril de 2002 a setembro de 2005.

Product Manager e Coordenadora de Informação Estratégica — *Market Intelligence*. INFARMED, coordenadora do projeto Medicamentos Genéricos, de novembro de 2001 a abril 2002. Roche Farmacêutica, *Product Manager* com equipa, de abril de 1998 a novembro de 2001. Farmacêutica responsável da Clínica de S. Lucas (função que exerce, em *part-time* e pós-hora laboral), de 1994 a 2005. *Janssen Cilag* — *Product Manager*, de 1991 a 1998. Estágio em Farmácia Hospitalar (farmácia do Hospital Distrital de Setúbal), em 1990.

Carlos Alberto Rosário dos Santos

Data de nascimento: 24 de agosto de 1953, em Lisboa.

Licenciado em Medicina em 1978, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Assistente de Medicina de Medicina Interna, em 1989; Assistente graduado em Medicina Interna, em 1995; Assistente Graduado Sênior, em 2008.

Experiência Profissional

Chefe de equipa de urgência de 1989 a 1996; Direção clínica de 1996 a 2000; Direção de serviços de Medicina; Direção de Setor do serviço de medicina há cerca de 10 anos; Responsável pela consulta e hospital de dia de imunodeficiência desde 1993; Criador e primeiro responsável pelo Núcleo Médico de Formação; Membro fundador e vogal da primeira direção do Núcleo de VIH da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna; Membro da Direção do MAPS (Movimento de apoio à problemática da SIDA) durante cerca de 10 anos,

Formador de internos do internato geral e complementar de medicina.

Nuno Álvaro Caneca Murcho

Data de nascimento: 17 de abril de 1974, em Lisboa.

Doutorado e mestre em Psicologia, na especialização em Psicologia da Saúde.

Pós-Graduado em Gestão de Recursos Humanos e em Toxicodependências.

Licenciado e Bacharel em Enfermagem, Diplomado em Abordagem Sistémica e Familiar e Especializado em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

Experiência Profissional

Enfermeiro generalista — Hospital de St.º António dos Capuchos, em Lisboa; Hospital Distrital de Faro e Centro de Saúde Mental de Faro, de 1986 a 1998; Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica — Hospital Distrital de Faro e Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, de 1998 a 1999;

Enfermeiro-Chefe — Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência, Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., e Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., desde 1999; Responsável do Serviço de Coordenação e Apoio Técnico (cargo dirigente) — Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., de 2003 a 2006; Responsável do Núcleo de Apoio Técnico (cargo dirigente) — Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., em 2007; Diretor do Centro de Respostas Integradas (cargo dirigente) — Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., e Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., de 2007 a 2013; Coordenador da Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (cargo dirigente) — Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., desde 2014;

Experiência clínica nas áreas da Medicina Interna, Urgência, Saúde Mental e Psiquiatria e Comportamentos Aditivos e Dependências;

Colaborador, desde 2013, de diversos Estabelecimentos do Ensino Superior, como professor convidado, nomeadamente, nas áreas da Enfermagem, da Saúde Mental e Psiquiatria e da Gestão de Serviços de Saúde, desenvolvendo ainda investigação nos domínios da Saúde Mental Ocupacional e nas Dependências, entre outros; com mais de 40 artigos publicados em publicações nacionais e internacionais, para além de comunicações apresentadas em eventos científicos.

209425139

SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

Despacho n.º 3618-A/2016

O XXI Governo Constitucional, no seu programa para a saúde, estabelece como prioridade promover a saúde através de uma nova ambição para a Saúde Pública, através designadamente da criação de um Programa Nacional para a Saúde, Literacia e Autocuidados, preparando e apoiando prestadores informais em cuidados domiciliários, prevenindo a diabetes, obesidade, promovendo a saúde mental e o envelhecimento saudável bem como a utilização racional e segura do medicamento.

A Literacia em Saúde, entendida como a capacidade para tomar decisões informadas sobre a saúde, na vida de todos os dias, e também naquilo que diz respeito ao desenvolvimento do Sistema de Saúde, na medida em que contém elementos essenciais do processo educativo e proporciona capacidades indispensáveis para o autocuidado, constitui a referência nuclear deste Programa.

Os estudos divulgados apontam para baixos níveis de literacia em saúde em Portugal. Existe hoje considerável evidência de que a educação, a literacia e o autocuidado são de grande importância não só para a promoção e proteção da saúde da população mas também para a efetividade e eficiência da prestação de cuidados de saúde, constituindo, por isso, um fator crítico para a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde (SNS).

O Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados é também mais uma expressão da intenção do Programa do Governo em reforçar o papel do cidadão no sistema de saúde português e fazer da informação, do conhecimento e da decisão informada veículos privilegiados desse reforço.

Este Programa, pela sua natureza, cobre um vasto domínio temático.

Para abordar ordenadamente a extensão desse domínio, o Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados baseia-se nas seguintes opções:

a) Recolher, organizar e partilhar boas práticas em educação, literacia e autocuidados no País, e sempre que possível internacionalmente, partindo inicialmente de um conjunto de temáticas selecionadas e expandindo-as progressivamente;

b) Fazer da noção de «vida ativa», física, intelectual e afetivamente, uma referência central nesta primeira fase do desenvolvimento do projeto;

c) Adicionar às boas práticas existentes um conjunto limitado de novos projetos-demonstração para o biénio 2016-2017, selecionados por critérios explícitos que, pela sua natureza, constituam novos estímulos para a promoção da educação, literacia e autocuidados no País;

d) Assegurar que as boas práticas identificadas e desenvolvidas neste contexto sejam progressivamente adotadas pelos diversos atores da saúde, através de múltiplos mecanismos, incluindo os da contratualização e do planeamento em saúde, e das iniciativas em curso para a reforma do SNS;

e) Desenvolver este Programa através de um processo consultivo, junto de instâncias técnicas mas também de participação do cidadão, em estreita colaboração com os outros programas de saúde e implementá-lo em parceria com organizações competentes para o efeito.

O Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados é coordenado, continuamente monitorizado e periodicamente avaliado de forma a assegurar a realização dos objetivos aqui definidos.

Nestes termos determino:

1 — A criação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados.

2 — O Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados, visa:

a) Contribuir para a melhoria da educação para a saúde, literacia e autocuidados da população, promovendo a cidadania em saúde, tornando as pessoas mais autónomas e responsáveis em relação à sua saúde, à saúde dos que deles dependem e à da sua comunidade;

b) Promover um amplo acesso de todos os interessados a informação qualificada sobre boas práticas em educação para saúde, literacia e autocuidados;

c) Desenvolver e demonstrar a utilidade de novos projetos e instrumentos em domínios selecionados desta temática, que acrescentem valor às boas práticas já existentes;

d) Assegurar a divulgação e utilização efetiva das boas práticas em educação para a saúde, literacia e autocuidados no âmbito do SNS e no conjunto da sociedade portuguesa.

3 — O Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados contempla:

a) A identificação, validação, apoio e divulgação progressiva de boas práticas no domínio da educação, literacia e autocuidados [Projeto a)];

b) O desenvolvimento de um número selecionado de projetos-demonstração que expandam a aplicação das boas práticas existentes a novos territórios e ensaiem experiências inovadoras nestes domínios [Projetos b) a f)];

c) A adoção progressiva das boas práticas identificadas e ensaiadas pelos diversos atores da saúde (coordenação, monitorização e avaliação do programa).

4 — Os projetos a desenvolver no âmbito do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados, no período 2016-2017, são os seguintes:

a) Rede Inteligente para promoção da literacia em saúde

Esta Rede está centrada num «Repositório de Literacia em Saúde» que recolhe, analisa, seleciona e divulga seletivamente projetos e instrumentos que, de alguma forma, configurem boas práticas em educação, literacia e autocuidados, e num conjunto de parcerias que apoiem e facilitem o desenvolvimento daquele repositório. O repositório é parte integrante do Portal SNS.

b) Vida Ativa

São exploradas todas as oportunidades para promover o conceito de «vida ativa» nas suas múltiplas dimensões, num conjunto de campanhas a organizar durante este biénio, utilizando diversos meios comunicacionais e promocionais, de forma a poder chegar à maior parte da população. Componentes deste projeto fazem parte necessariamente de todos os outros.

c) Jovem móvel

Aplicações para telemóvel destinadas a promover a vida ativa e a prevenir situações de dependência na população jovem são identificadas, selecionadas e divulgadas de acordo com os seus méritos para serem tidas em conta em iniciativas de educação para a saúde e literacia para jovens.

d) Envelhecimento, autocuidados e cuidadores informais

Este projeto-demonstração destina-se a desenvolver técnicas de promoção de literacia em saúde em ambiente residencial (domicílios, insti-

tuições para pessoas dependentes) para pessoas idosas e seus cuidadores informais. Numa primeira fase, é desenvolvido em três localidades selecionadas para o efeito, com a colaboração de unidades de cuidados na comunidade e unidades de cuidados continuados integrados. Após a avaliação dos resultados, as técnicas desenvolvidas são divulgadas para adoção nacional.

e) Qualificação e promoção da literacia em saúde nos espaços de atendimento do SNS

A qualidade dos espaços de atendimento do SNS é, em si mesma, um elemento da promoção da literacia em saúde em Portugal. Com base num melhor conhecimento da situação atual do SNS é adotada uma norma sobre a qualificação dos espaços de atendimento no SNS, que devem incluir conteúdos de educação para a saúde e literacia, com particular atenção à utilização de imagens televisivas. Os conteúdos destas têm uma vertente de programação nacional, em articulação com o Portal do SNS, e outra local. Estes desenvolvimentos são ensaiados num número limitado de espaços de atendimento, antes de serem generalizados ao conjunto do SNS. Dada a importância da qualificação dos locais de atendimento para a reforma do SNS, este projeto é desenhado e implementado em estrita colaboração com os responsáveis por aquela reforma.

f) Navegabilidade no SNS e no sistema de saúde português

Ajudar as pessoas a conhecer melhor os serviços de saúde, de forma a utilizá-los mais eficaz e eficientemente, constitui uma importante preocupação deste Programa, no âmbito do desenvolvimento do Portal do SNS. Dada a considerável extensão deste domínio, três temas foram selecionados para este efeito: saúde reprodutiva; doença oncológica e testamento vital.

5 — A coordenação deste Programa integra a Direção-Geral da Saúde, a nível nacional, os Departamentos Regionais de Saúde Pública, a nível regional, e as Unidades de Saúde Pública, a nível local.

6 — A coordenação do Programa Nacional de Educação para a Saúde, Literacia e Autocuidados, no biénio 2016-2017, deve:

a) Assegurar a elaboração de relatórios semestrais de monitorização e um relatório avaliativo em junho de 2017;

b) Assegurar a prossecução de processo consultivo junto das entidades técnicas de participação de cidadãos competentes para o efeito.

8 de março de 2016. — O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

209421397

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750